

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito dos Projetos (Per)cursos da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso, referente ao EDITAL Nº 002/2017 PROGRAD/DIREN/UFU e *Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a produção monográfica dos Cursos de Graduação em História da UFU*. (PIBIC EM CNPq/UFU 2017-2018). (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

Ambos visam à digitalização, catalogação, disponibilização online e confecção de um catálogo temático das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.

Luizmar Antônio dos Santos



“A educação Brasileira nos anos 90 - Uma
Leitura sob a ótica da Prática de Ensino de
História”



Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de História
Julho de 2001

LUIZMAR ANTÔNIO DOS SANTOS

**A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NOS ANOS 90:
UMA LEITURA SOB A ÓTICA DA PRÁTICA DE ENSINO DE
HISTÓRIA**

MONOGRAFIA DESENVOLVIDA PELO
GRADUANDO LUIZMAR ANTÔNIO DOS
SANTOS SOB A ORIENTAÇÃO DA PROF.
MS. MARIA DE FÁTIMA RAMOS
ALMEIDA DO INSTITUTO DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA COMO PRÉ-REQUISITO
PARA OBTENSÃO DO TÍTULO DE
BACHAREL EM HISTÓRIA.

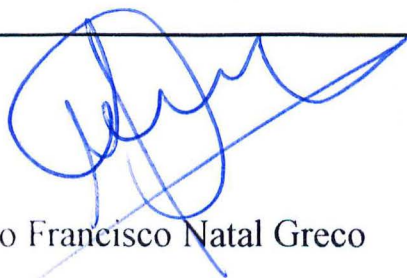
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

Uberlândia, julho/2001

Termo de Aprovação

Banca Examinadora

Rosa Maria Ferreira



João Francisco Natal Greco

Orientadora

Maria de Fátima Ramos Almeida

AGRADECIMENTOS

Nesta difícil, mas prazerosa jornada da minha graduação, várias pessoas se fizeram presentes, contribuindo de alguma forma para efetivação deste trabalho.

A caminhada foi dolorosa por inúmeros obstáculos encontrados, porém com ajuda e compreensão dos meus amigos e de minha família, vejo hoje um sonho se realizar.

E por isso agradeço com muita alegria:

À Deus, que me iluminou nesta caminhada;

Aos meus amigos Alexandra e Leonardo, que não me abandonaram nos momentos difíceis;

Agradeço a meus pais, pelo amor, carinho e dedicação;

Ao meu amigo Antunes por me incentivar nesta caminhada e por suas palavras amigas em momentos cruciais;

Ao Sebastião e Suzelaine pela ajuda que me deram digitando os trabalhos;

Ao Patrick e Marcos pelas aulas de psicologia e por me darem aquela força;

Ao Klebson meu companheiro em debates;

Aos meus amigos Rodrigo, Deisiane, Gilberto, Clésio(muchila), Ricardo e Dalmi, por entenderem a importância deste trabalho;

A D^a Nilva e meus alunos da Escola Segismundo Pereira pelo apoio e o incentivo dado em minha carreira docente;

A Prof. Sueli por me emprestar livros e Textos que contribuíram para este trabalho;

Agradeço a meus sobrinhos pelo carinho e respeito que tem por mim;

Aos meus cunhados César e especial a Dr. Laércio que me vislumbrou a possibilidade de seguir frutíferos caminhos;

Agradeço especialmente e com imenso carinho ao eterno Japãozinho, pelo companheirismo, entendimento e por propiciar fervorosos debates e discussões que contribuíram para a formação de novos conceitos e me ajudaram a enxergar a realidade com outros olhos;

Aos meus Filhos Fernando e Lucas pelo amor, carinho e amizade, comigo compartilhados;

Agradeço a meus irmãos, Lindomar, Leomar, Fátima e Sueli, pelo companheirismo, amizade e solidariedade em todos os momentos do desenvolvimento deste trabalho;

Agradeço aos funcionários dos cursos de História em especial a João Batista pelo companheirismo em momentos difíceis e por acreditar em minha capacidade;

Agradeço a Clênia por ter entrado na minha vida e por me dar dois filhos maravilhosos;

Agradeço especialmente ao meu amigo irmão Dorian Erich por sua contribuição nesta pesquisa, pois em todos os momentos de dúvidas esteve presente;

Agradeço a minha orientadora, Prof MS. Maria de Fátima, que me deu todo o apoio necessário para o desenvolvimento deste trabalho, pois sem ela, este não se tornaria possível.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe Maria Irene e ao meu pai Leonardo que sempre depositaram confiança em mim e acreditaram na minha vitória;

Dedico também à meus filhos Lucas e Fernando que me ensinaram a gostosa tarefa de ser pai.

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo I <i>A Educação Brasileira através da Legislação.....</i>	05
Capítulo II <i>O Professor de História Desafios da Prática Pedagógica.....</i>	24
Considerações Finais.....	33
Fontes.....	36
Referências Bibliográficas	38

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de monografia foi desenvolvido tendo em vista, em primeiro lugar, atender à exigência do Curso de História para conclusão da graduação; e, em segundo lugar, atender a uma inquietação pessoal quanto às difíceis condições de exercício profissional a que se acha submetido o professor de História do ensino fundamental e médio. O trabalho de pesquisa realizado desenvolveu-se segundo o percurso apresentado a seguir.

Tema

A temática da educação está no cotidiano de milhões de brasileiros que vivenciam a realidade do ensino no país. O contato da população com este tema, através de revistas, jornais, televisão, enfim o próprio filho em idade escolar, os aproximam dos projetos e das mudanças da política educacional.

Justificativa

Na década de 90, quando questões referentes às mudanças na educação foram intensamente discutidas, era possível observar as transformações da política educacional dentro das escolas da rede pública estadual. Nesse período exerci a função de professor na Escola Segismundo Pereira, mesma época da implantação da nova política educacional brasileira (Lei de Diretrizes e Bases de 1996).

Após participação em várias palestras, reuniões, leituras e trabalhos, patrocinados pelo Estado e S.R.E., em que foram levantados questionamentos

relevantes por parte dos docentes sobre as mudanças na educação, vislumbrei trabalhar tal temática.

Lendo Otaíza Romanelli, percebi que sua trajetória nesse tema se assemelhava à minha. Constatei na sua própria fala, tratar-se de

“uma antiga preocupação de compreender a trama das relações existentes entre os fatores que atuam no sistema educacional e respondem pela maioria de seus problemas. Embora só tenhamos tomado consciência dessa preocupação assim que começamos a militar no magistério. Não nos dávamos conta de que os fatores extra-escolares atuantes no sistema escolar brasileiro respondem pela maior parte das deficiências da escola pública”¹.

Outro aspecto considerado na minha escolha, foi a viabilidade do projeto. Isto é, a facilidade de acesso às fontes e a abundância de produções teóricas que discutem a tema da relação entre atividade docente e política educacional.

Além disso, foi também considerada a contribuição do trabalho para analisar a situação da educação, levando a reflexões sobre a formação do profissional licenciado em história em nossa cidade.

A escolha da década de 90 se deu por tratar do período em que ocorreram as mudanças na legislação e o início de um novo processo de transformação da educação. Optei, então, por ver os resultados destas transformações.

¹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL (1930/1973)**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1980. p.13

Objetivo

O que esta pesquisa objetiva é perceber e definir o papel do Estado na educação através da legislação, apontando para um processo de descaracterização do ensino público, por falta de continuidade da política educacional. Neste sentido devemos também identificar no cotidiano pedagógico as mudanças da educação sob a óptica dos estagiários da disciplina Prática de Ensino, apontando as características da formação e os sentimentos de frustração e impotência do professor de História diante da realidade do ensino e sua insuficiente formação profissional.

Metodologia

Para elaborar tal trabalho traçamos um panorama das mudanças educacionais a partir da década de 70, com intuito de demonstrar os interesses políticos, econômicos e sociais que envolvem a educação. O levantamento e análise bibliográfica de teóricos como Saviani, Otaíza Romanelli e Bárbara Freitag etc, muito nos ajudou nesta tarefa, pois através deles conseguimos desvendar alguns pontos inerentes à educação em épocas anteriores e recentes. Este foi o primeiro passo para traçar o panorama educacional brasileiro.

O segundo passo foi dado com a leitura da legislação atual, buscando uma melhor compreensão das normas legais que regem a educação. Este foi de muita importância, porque conseguimos subsídios para demonstrar alguns interesses políticos internacionais em nossa educação.

E por último a análise da realidade educacional através dos relatórios dos estagiários da disciplina de Prática de Ensino de História, que contribuíram para constatar o descompasso entre a legislação e a prática da docência.

A investigação possibilitou a montagem de um texto dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo são traçados os rumos seguidos pela educação brasileira através da legislação. No segundo capítulo procuramos levantar os problemas e desafios do cotidiano da sala de aula.

CAPITULO I

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA ATRAVÉS DA LEGISLAÇÃO

A educação em nosso país nos últimos decênios vem passando por diferentes transformações, servindo como importante fonte instrumental de países desenvolvidos que a utilizam como um verdadeiro laboratório de experimentação para a formação de um mercado de trabalho e consumidor de acordo com a lógica capitalista.

Através de acordos de cooperação entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, na tentativa de superar crises cíclicas do sistema capitalista que afetam os países periféricos (subdesenvolvidos), a educação torna-se um importante fator para a produção de recursos humanos, para o desenvolvimento desejado pelos países centrais.²

Na década de 70 a educação brasileira estava a serviço de interesses internacionais. Considerava-se que o país deveria capitalizar-se, criando recursos internos para atrair investimentos externos. A educação assumiria o

² Com o argumento do estabelecimento da cooperação como estratégia de desenvolvimento das sociedades periféricas, os países centrais se empenham pela integração daqueles na esfera de influência do capitalismo.(cf.) ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **HISTORIA DA EDUCACAO NO BRASIL (1930/1973)**. 2 ed.Petrópolis: Vozes,1980. P.198

papel da formação de mão-de-obra especializada profissional de acordo com a exigência dos interesses do capital.

Tivemos,então, naquela década, implantação de uma política educacional que teve como subsídio o acordo firmado anteriormente entre o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e a Agência Internacional dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID) em que técnicos norte americanos delinearão os caminhos a serem seguidos pela nossa educação. Através deste acordo o sistema do ensino brasileiro foi reformulado de alto a baixo. Enumeramos a seguir algumas mudanças apontadas por Otaíza Romanelli :

- 26 de junho de 1964 - Acordo MEC – USAID para o aperfeiçoamento do Ensino Primário. Visava ao contrato, por 2 anos, de 6 assessores americanos.
- 31 de março de 1965 - Acordo MEC – CONTAP – USAID para a melhoria do ensino Médio. Envolvia assessoria técnica americana para o planejamento do ensino e o treinamento de técnicos brasileiros nos Estados Unidos;
- 30 de junho de 1966 - Acordo MEC – USAID de Assessoria para a modificação da Administração universitária.

- 6 de junho de 1967 Acordo MEC – SNEL – USAID de cooperação para publicações técnicas, científicas, educacionais. Por esse acordo, seriam colocados, no prazo de 3 anos, a contar de 1967, 51 milhões de livros nas escolas. Ao MEC e ao SNEL incumbiriam apenas responsabilidades de execução, mas, aos técnicos da USAID, todo o controle, desde os detalhes técnicos de fabricação do livro, até os detalhes de maior importância como: elaboração, ilustração, editoração e distribuição de livros, além da orientação das editoras brasileiras nos processos de compra de direitos autorais de editores não brasileiros, vale dizer, americanos.³

Dentre as propostas indicadas pela USAID, foi fixada em 11 de agosto de 1971 a lei de Número 5.692/71, que regulamentava o Ensino de Primeiro e Segundo graus, estabelecendo o ensino profissional. De acordo com Freitag :

“O aspecto mais discutido na lei é o da profissionalização. Os objetivos oficiais fixados na lei e reforçados pelo parecer 76/75 foram assim explicitadas:

- 1- *mudar o curso de uma das tendências da educação brasileira, fazendo com que a qualificação para o trabalho se tornasse a meta não apenas de um ramo*

de escolaridade, como acontecia anteriormente, e sim de todo um grau de ensino que deveria adquirir nítido sentido de terminalidade;

2- beneficiar a economia nacional, dotando-a de um fluxo contínuo de profissionais, qualificados, a fim de corrigir as distorções crônicas que há muito afetam o mercado de trabalho, preparando em número suficiente e em espécie necessária a queda de recursos humanos de nível intermediário de que o país precisa".⁴

A educação, com a implantação dessa política, viria a perder o seu sentido mais amplo de resgate do humanismo e do conhecimento como meio de entendimento das relações sociais e naturais nas quais o homem está inserido, pois não se pode viver sem conviver.

Compreendemos que a educação deve ser compreendida em função dos demais aspectos da vida coletiva. Para isso, há de ser considerada a organização econômica, a estrutura religiosa, as relações políticas, o conjunto, enfim, das práticas culturais – o que no nosso caso não é respeitado, pois não temos uma educação que atenda as nossas necessidades e a nossa cultura e sim interesses externos de países desenvolvidos que impõem a “ditadura” do capital.

³ ROMANELLI, Otaíza de oliveira. **HISTORIA DA EDUCACAO NO BRASIL (1930/1973)**. 2 ed. Petrópolis : vozes, 1980. P. 212-213.

Através das transformações determinadas pelas leis, a educação brasileira sofreu um processo de descaracterização e sucateamento do ensino, pois antes que uma lei se efetivasse, a política de educação era modificada provocando uma interrupção no processo educativo até então desenvolvido.

Na década de 80 o sistema educacional mais uma vez serve como laboratório para as experiências de novo projeto político, cedendo mais uma vez aos interesses do capital. Vive-se nos anos 80 uma nova conjuntura, marcada pela crise econômica desencadeada a partir da década anterior. Para sair dela constitui-se – *“uma séria de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista que iniciara ao final dos anos 60 e que se manifesta claramente já nos anos 70”*.⁵

O governo brasileiro, perante esta nova ordem política e econômica, passa a desenvolver projetos educacionais em que se almeja números antes nunca vistos nas estatísticas relativas à educação. Visava atingir, conforme Freitag, 100% de escolarização da faixa etária 7 – 14 anos até 1980, não respeitando a especificidade da nossa economia.

⁴ FREITAG, Bárbara. **ESCOLA, ESTADO e SOCIEDADE**. 4 ed. São Paulo: Moraes, 1980. P. 94-95.

⁵ SIIVA, Tomaz Tadeu da, GENTILI, Pablo (orgs.). **ESCOLA S. A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. 1 ed. Brasília, DF: CNTE e organizadores, 1996. p. 10.

O preço desta política é a banalização das instituições públicas de educação, o que é justificado pelo discurso neoliberal:

*“Os sistemas educacionais enfrentam, hoje, uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade , mais do que uma crise de quantidade, universalização e extensão. Para eles, o processo de expansão da escola, durante a Segunda metade do século ocorreu de forma acelerada sem que tal crescimento tenha garantido uma distribuição eficiente dos serviços oferecidos”*⁶

No início da década, no dia 18 de outubro de 1982, a lei de Número 7.044 é fixada, com o intuito de alterar os dispositivos da lei nº 5692/71, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau, e mais uma vez a educação passa por um processo de descontinuidade com a interrupção de trabalhos implementados anteriormente sob a exigência da lei anterior (5692/71), os artigos 1º, 4º, 5º, 6º, 8º, 12,22,30 e 76 são modificados pela Lei 7044/82.⁷

A década de 90, não obstante as anteriores, aparece dentro de um contexto efetivo da política neoliberal e um processo globalizante de um mundo sem fronteiras, em que as principais forças econômicas mundiais, as

⁶ SILVA, Tomaz Tadeu da, GENTILI, Pablo (orgs.). **ESCOLA S. A: quem ganha e quem no mercado educacional do neoliberalismo**. 1 ed. Brasília, DF. : CNTE e organizadores, 1996. p.17

⁷ ... a profissionalização universal e compulsória do ensino de segundo grau acaba por ser revogado pela Lei 7.044 de 18 de outubro de 1982. A partir daí, conquanto a profissionalização não tenha sido excluída, ela perdeu o caráter universal e compulsório de que se revestia na Lei 5.692/71. SAVIANI, Demerval. **A nova Lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 4 ed. Campinas, SP. : Autores Associados, 1998. p. 31

empresas multinacionais, ditam regras de efeito político, econômico e social, adequando a sociedade aos seus interesses (como se fossem comuns).

A preocupação no decorrer dessa década em inserir o Brasil no contexto internacional, fez com que o governo brasileiro assumisse compromissos com entidades exteriores para um redirecionamento da educação. Nota-se isso a partir do relatório enviado à organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, UNESCO, onde o governo relata:

“O país tem pautado suas ações na promoção da Educação como forma de construção da cidadania, de realização do desenvolvimento e do entendimento entre as nações”⁸.

O governo, em um ato de submissão a tais entidades e não respeitando nossas limitações econômicas, políticas e sociais, coloca a partir de um breve estudo, e respeitando metas internacionais, uma nova proposta para a educação.

Segundo o governo, por meio do plano Decenal, desafio assumido internacionalmente em Jomtien (1990) e Nova Delhi (1993) , até o ano 2003, deverá assegurar educação de qualidade a todos as suas crianças, jovens e adultos.

Sabemos em vista das deficiências nacionais que é algo difícil de ser cumprido, pois a falta de investimento no setor educacional é algo por assim dizer gritante. Ainda há no país professores que ganham salários ínfimos. Para se aperfeiçoarem necessitam de um conhecimento enriquecido pela participação em debates, palestras, seminários, pesquisa e um suporte teórico adquirido através da leitura de livros publicado. Esta melhora na qualidade do conhecimento do professor teria um custo, custo este, não patrocinado pelo Estado. Um professor, para sobreviver no Brasil, necessita dobrar sua jornada de trabalho como complementação salarial.

Além do Plano Decenal de Educação para todos, o governo também implanta o Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA). Planos e programas, em consonância com a Constituição Federal de 1988, culminaram com o sancionamento de uma nova legislação para a educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, votada e sancionada sob o nº 9394, publicada sem vetos no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

Como vimos, a educação está em constante mudança. Nossa pesquisa visa avaliar essas mudanças e transformações no ensino médio e fundamental em

^x CONFERENCIA INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN, 44ss, 1994, Ginebra, **Desenvolvimento da Educação: Relatório 1992-**

Uberlândia , através dos relatórios da disciplina de Prática do Ensino de História, do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU):

Perceber essas transformações torna-se de muita relevância à medida em que repensá-las , nos permite fazer um balanço dos avanços e regressos da educação em nossa cidade. Para tanto, os relatórios citados acima servirão de apoio para compreensão destas transformações através do olhar dos estagiários da prática de ensino.

Até o primeiro quartel do séc. XX, a educação no Brasil vem se apresentando timidamente , sendo tratada com um certo descaso pelas autoridades competentes. As leis que regulamentam a prática educativa estiveram em segundo plano, como nos aponta Saviani :

“com o desenvolvimento da sociedade brasileira, que acelera o processo de industrialização e urbanização, as pressões sociais em torno da questão da instrução pública se intensificam, difundindo-se o entendimento do analfabetismo como uma doença, uma vergonha nacional, que devia ser erradicada. Nesse contexto formulam-se, ao longo da década de 20 deste século, reformas do ensino em diversos Estados da federação tendo em vista a

expansão da oferta pública, ao mesmo tempo que a influência das idéias renovadas provoca o surgimento de movimentos organizados que levantam. Também questões relativas à qualidade da educação. Mas o poder nacional permanece, ainda, à margem dessas discussões. ⁹

Ainda de acordo com o mesmo autor, é a partir da déc. de 30, com a “revolução”, que se inicia a preocupação do Governo Federal, com a educação quando é instituído o Ministério da Educação. A constituição de 1946 também ilustra esta preocupação na medida em que define a educação como direito de todos e o ensino primário como obrigatório para todos e gratuito nas escolas públicas. Ao determinar à União a tarefa de fixar as diretrizes e bases da educação nacional, possibilitava-se a instalação de um sistema nacional de educação, que visava a universalização da escola básica, permitindo assim a democratização da educação.

Ainda baseado no autor citado acima, percebemos que a LDB que se iniciou em 1947, foi aprovada 13 anos mais tarde no ano de 1961, apresentando uma série de limitações- *“Basta lembrar que o próprio texto incluía expressamente, entre os motivos de isenção da responsabilidade quando ao cumprimento da obrigatoriedade escolar, o “comprovado estado de pobreza do pai ou responsável” e a “insuficiência de escolas”. Reconhecia-se, assim,*

uma responsabilidade limitadora da democratização do acesso ao ensino fundamental, sem dispor os mecanismos para superar essa limitação”¹⁰.

A lei 5692/71 não difere das orientações da lei 4024/61. *“A diferença entre as duas orientações se caracteriza pelo fato de que, enquanto o liberalismo põe a ênfase na qualidade em lugar da quantidade, nos fins (ideais) em detrimento dos métodos (técnicas); na autonomia em oposição à adaptação, nas aspirações individuais antes que nas necessidades sociais, e na cultura geral em detrimento da formação profissional, com o tecnicismo da década de 70 ocorre o inverso.”¹¹*

Essa lei estabelecia para a grande massa a educação voltada para a formação profissional, enquanto a formação voltada para o prosseguimento nos estudos era destinada aos filhos das elites sociais.

Essas orientações educacionais instituídas nos governos militares a partir dos anos 70 e intensificadas no decorrer dos anos 80, passam a sofrer diversas críticas, quando ergue-se a bandeira da escola pública de qualidade, que visava o sentido pleno da educação como meta para os diversos setores da sociedade, a escola pública servindo a grande maioria da população. Esta luta atravessou a

⁹ SAVIANI, Demerval. *A nova Lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 4 ed. Campinas, SP. : Autores Associados, 1998. p.5-6

¹⁰ Ibid. p. 6

década de 90, sustentada por organizações sindicais, que implementava grupos de discussões e outras formas de ação, tais como greves, passeatas, caravanas, etc.

E ainda hoje sofremos com o modelo educacional implantado durante o governo militar, pois não é fácil diagnosticar os problemas. A educação no Brasil no período de 1990 ao ano de 2000, sofre uma influência muito forte do grande capital.

Nota-se a influência do capital na nova LDB – 9394/96 – especialmente no texto do artigo 2º onde se diz – *“A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade de humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento de educando, seu preparo para o exercício de cidadania e sua qualificação para o trabalho”*.¹²

A lei fala em pleno desenvolvimento, preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho, porém o que consta nos relatórios de Prática de Ensino é contrário ao que diz o texto da lei. Segundo Maciel:

“Minimamente, a escola deve ter a função e educar homens e mulheres para transformar os seus modos de vida. Assim, cabe a escola criar possibilidades

¹¹ SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 4 ed. Campinas, SP. : Autores Associados, 1998. P.32.

¹² CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO. **CADERNOS DE EDUCACAO: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2. ed. Brasília, DF: CNTE, 1997. p39

desde recriação da realidade socioeconômico e cultural. Porém, nota-se que a escola tem-se limitado a treinar mão-de-obra barata para o mercado de trabalho.”

Isto fica evidente ao analisarmos o projeto patrulheiro mirim, patrocinado pelo Banco Itaú S A, que tem como objetivo que os alunos do noturno trabalhem como estagiários.

Não há aqui a pretensão de avaliar a direção da escola por concordar com os objetivos de tal projeto, já que para os alunos , certamente, o acesso ao primeiro emprego é necessário e muito importante, considerando os altos níveis de desemprego que assolam o país. O que questiono é a incoerência da estrutura educacional se voltar para a mera “fabricação” de trabalhadores; esta atitude nada mais é do que “mecanizar” alunos”.¹³

Ao que notamos, a escola não pode somente fabricar mão-de-obra. Segundo a leitura feita por RAMOS em Gramsci, “é dever do estado assumir certos encargos familiares de forma a permitir aos jovens de todas as classes sociais freqüentar essa escola desinteressada de cultura geral. O objetivo pretendido é cobrir o seu ingresso prematuro no mercado de trabalho, o qual se dá

¹³ RELATORIO DE PRATICA DE ENSINO EM HISTORIA. Universidade Federal de Uberlândia, curso de Historia, Agosto de 1998.(Maciel)

sempre em condições desvantajosas, além de impedir o prosseguimento de seus estudos até os patamares mais elevados (Gramsci).’’¹⁴

Para evitar isso o evitar isso o Estado deveria propiciar ao aluno carente condições para o acesso e permanência na escola.

Notamos a partir do relatório de Maciel que a prática pedagógica se distancia um pouco dos textos da lei sobre a educação. No que se refere ao papel do Estado, a educação ideal esta longe de se realizar pois o Estado hoje tem carência de capital para investir nos serviços sociais.

A carência das verbas para o investimento em áreas sociais como a educação, ocorre porque o governo brasileiro se sujeita a políticas exteriores, não respeitando a estrutura sócio – econômica e cultural interna e adotando modelos de nações desenvolvidas, a fim de que os interesses dessas se dinamizem e perpetuem nas nações em desenvolvimentos como no caso do Brasil.

Como se percebe nas falas de Florestam Fernandes:

“uma nação da periferia pode importar todas as técnicas sociais, todos as instituições – chaves, todo o sistema de valores de uma civilização, mas nem

¹⁴ RAMOS, Liliam Maria Paes de Carvalho. “Educação e trabalho: a contribuição de Marx, Engels e Gramsci a filosofia da educação”. Revista Brasileira de estudos pedagógicos, V.77, Nº 185, P. 7 A 32, jan/ abr. 1996.

por isso pode importar os dinamismos pelas quais essas técnicas, essas instituições e esses valores se reproduzem, crescem e se transformam.

Esse lapso, que nos perseguiu de forma secular, tornou a invenção uma ocorrência efetiva, mas esporádica, possível apenas quando surgiam pessoas de tal porte criador que a regressão cultural não era capaz de inibir”¹⁵

Conforme Florestam Fernandes, não podemos nos sujeitar a tal imposição cultural de países dominantes, por isso devemos buscar uma saída para a educação, pois a educação tem um papel fundamental dentro da sociedade. O que acontece no Brasil é que a classe dominante alia-se aos interesses exteriores e faz com que, através da educação, se forme não um cidadão pleno, mas uma massa de manobra voltada a satisfazer os interesses do capital internacional.

O controle da educação pela classe dominante é algo que não deveria acontecer pois a educação deveria ser democrática e não ser monopolizada por uma classe em benefício de seus interesses. Podemos notar isso na leitura de Gramsci feita por Ramos :

“a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que cada operário manual se torne qualificado, mas em que cada “cidadão”

*possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que abstratamente nas condições gerais de poder fazê-lo; a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados, assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica necessária a fim de governar.”*¹⁶

A proposta de Gramsci está longe de ser cumprida pelo Estado brasileiro, pois ao invés de fazer os investimentos necessários para que tenhamos educação de qualidade e democrática, o que o Estado faz é se isentar de tal responsabilidade. Embora a lei sobre a educação estabeleça:

a) (Lei 4024/61)- *a educação deve ser “instrumento da sociedade para a promoção do exercício da cidadania, (...) cabendo ao Estado a adoção de medidas capazes de torná-la efetiva”*¹⁷; b) nova LDB de 1996 - *“A educação (é) dever da família e do Estado”*. Neste caso nota-se a generalização das responsabilidades que, conforme Vieira, é preocupante, na medida em que faz-se- *“a inclusão, entre as escolas comunitárias, de cooperativas de professores e alunos como mantenedoras de estabelecimentos privados. Esta iniciativa, já experimentada em regimes neoliberais, como o chileno, desresponsabiliza o*

¹⁵ SILVA, Tomaz Tadeu da GENTILI, Pablo (orgs.). **ESCOLA S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. 1 ed. Brasília, DF : CNTE e organizadores, 1996. p. 16-17

¹⁶ RAMOS, Liliam Maria Paes de Carvalho. **Educação e Trabalho: a contribuição de Marx, Engels e Gramsci a filosofia da educação**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília V.77, n. 185, P.7 a 32, jan./abr. 1996.

*Estado de manutenção do ensino público e dos encargos sociais de seus trabalhadores”*¹⁸

As mudanças na educação até que poderiam ser aceitas pela sociedade desde que fossem em benefício da grande maioria, porém o que notamos são cidadãos tolhidos de seus direitos à conscientização no processo da aprendizagem. O estagiário Carvalho assim se manifesta a respeito dessa questão :

*“A educação brasileira vem apresentando muitas mudanças nas últimas décadas. Várias são as propostas para que o ensino se torne mais reflexivo e participativo, mas infelizmente, tais são na maioria das vezes cercadas na prática, devido a choques ideológicos com interesses maiores, como por exemplo não interessa à classe dominante que o povo brasileiro tenha uma educação crítica, e sim uma visão conformista com a situação econômica social que nos é imposta politicamente”.*¹⁹

Na realidade, o que se observa é um processo de descontinuidade e descaracterização da educação, pois depois de várias legislações, cujos processos são sempre fragmentados, não se procede à efetivação do que foi

¹⁷ CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO. **CADERNOS DE EDUCACAO: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2 ed. Brasília, DF: CNTE, 1997. p.36

¹⁸ Ibid. , p. 36.

deliberado e que, muitas vezes, representa o anseio de maior parte da sociedade; mas a prática vivenciada no cotidiano escolar coloca uma outra realidade. Podemos, então, dizer que há um descompasso entre o real e o teórico.

Devemos analisar a educação no contexto nacional mais amplo, buscando proporcionar uma educação conscientizadora e que resgate os valores humanos não de uma parcela, mas de toda sociedade, pois somente assim, creio que teremos um aperfeiçoamento do meio social.

Esta não é uma tarefa fácil para a educação. Saídas precisam ser encontradas, para que ela exerça seu verdadeiro papel dentro da sociedade. Não havendo uma receita milagrosa, soluções imediatistas também não devem ser tomadas, pois boa parte dos problemas que enfrentamos hoje, se devem a este tipo de solução. Importar modelos e técnicas também não adianta pois segundo Florestan Fernandes é – “ *um empobrecimento aprender técnicas divorciadas da capacidade de pensar e de ser diferente* ”.²⁰

Nos somos diferentes, os problemas são muitos, capacidade para vencê-los temos, porém é necessário uma pesquisa e um estudo minucioso para

¹⁹ RELATORIOS DE PRATICA DE ENSINO EM HISTORIA. Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Historia (UFU). Jan./2000 (Carvalho)

²⁰ SILVA, Tomaz Tadeu da, GENTILI, Pablo (orgs.). ESCOLA S. A. :quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. 1 ed. Brasília, DF: CNTE e organizadores, 1996. p.17

identificar as causas, e depois a implantação de uma política educacional que atenda às necessidades dos brasileiros. Neste sentido, Xavier :

“não se pode ignorar a fome e a desnutrição, as doenças por razões diversas, o desemprego, a corrupção, a descrença e a baixa renda, a qualidade da formação dos educadores e demais profissionais da educação, suas condições de vida e de trabalho, as deficiências estruturais e de gerenciamento do sistemas educativos. Na concepção de Algarte (1994, P.173), a escola não é apenas efeito dessa situação ela concorre também para o agravamento da crise política e social, na medida em que permanece “adormecida” na sua pseudo neutralidade e, se “não consegue formar nos estudantes a consciência ativa e peregrina a revolução da consciência não cria condições para a formação da autêntica consciência revolucionária. A consequência é o surgimento de uma nova geração de homens operários inclusive os educadores – habilitados nas práticas manuais e nas tarefas rotineiras, mas indiferentes em sua consciência, voltada mais para a obediência e para a crítica inconsequente”.²¹

²¹ XAVIER, Odiva Silva. **A Educação no Contexto das Mudanças**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, V.78, n.188/189/190, p.285 a 304, jan. /dez. 1997.

II CAPITULO

O PROFESSOR DE HISTÓRIA-DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

No capítulo anterior foi delineado o contexto educacional para o qual são formados os profissionais responsáveis pela prática educativa.

No caso dos professores de História, um diagnóstico da sua formação pode ser realizado através da disciplina Prática de Ensino. Esta disciplina foi instituída nos cursos de história da UFU sob a forma de estágio supervisionado, conforme legislação federal pertinente. Objetivado o estágio, tem-se verificado que é -*“uma atividade complementar e importante no processo de formação do aluno, uma vez que é neste “locus” que os futuros profissionais da área de história vivenciam de perto a atual realidade educacional de nosso país”*²².

Os princípios que norteiam o estágio supervisionado são :

“1º O estágio deve ser considerado como um dos momentos cruciais da reflexão crítica e da produção de novos conhecimentos.

2º Como estagiário o aluno deverá observar, pesquisar, planejar executar projetos, acompanhado do professor orientador, que possibilitem uma prática renovadora.

3º Consistindo o estágio parte integrante da formação profissional, entendemos que este deve ocorrer a partir do momento em que os alunos já dominem parcela substantiva da epistemologia da história, e tenham o domínio das várias práticas pedagógicas existentes.

4º O estágio supervisionado além de proporcionar um contato do estagiário com o 1º e 2º graus, também deverá possibilitar-lhe realizar as

medições necessárias entre o ensino universitário (teórico) e a prática de ensino exigida deverá atuar”.²³

Como percebemos, a disciplina de Prática de Ensino visa direcionar a prática pedagógica, que em muitos casos se inicia a partir da experiência do estágio, uma vez que é nesse espaço que os alunos tomam contato com a docência.

Para melhor preparação do aluno, a Prática de Ensino estabelece que devem ser experimentadas - *“novas abordagens teóricas no cotidiano didático, fica estabelecido que o aluno deve observar, pesquisar, planejar e executar projetos, sob orientação do orientador, que possibilitem uma renovação na prática docente, uma vez que neste estágio o aluno já domine parcela substantiva da epistemologia da história”*.²⁴

Esta perspectiva do curso de História da UFU vai ao encontro de teóricos que acreditam que o professor não seja um mero reprodutor de conhecimento mas sim um pesquisador empenhado na prática docente.

²³ Ibid.
²⁴ Ibid.

“A formação do historiador nos cursos de graduação, deve manter o duplo viés da preparação para a pesquisa e para o ensino principalmente porque não há pesquisador, por melhor que seja, que possa abrir mão da necessidade de transmitir os resultados de uma pesquisa e, nessa transmissão, quer por via escrita ou através da fala, são imprescindíveis as qualidades da organização do raciocínio expositivo, (...) Da mesma forma, é mais do que tempo de se romper com as imagens do professor de 1º e 2º graus como um repassador de conhecimentos produzidos pelos especialistas acadêmicos. A capacidade de formular sínteses didáticas a partir da produção acadêmica consagrada ou vigente, o estímulo ao aluno para o aprendizado de uma História que lhe sirva como ferramenta de compreensão da sociedade (e de intervenção sobre esta sociedade) e a rejeição aos mitos e dogmas consagrados pela memória oficial sobre o passado, exigem do professor de História uma atitude crítica, que só é formada quando tal profissional se capacita para a produção do conhecimento original”.²⁵

²⁵ MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História: Pensar e Fazer**. Laboratório Dimensões da História-UFF. P.110,111

Repensar as práticas educacionais tem sido uma preocupação constante nas instituições de ensino superior. Propostas advindas de pesquisas e projetos pedagógicos nos apontam diversas perspectivas quanto à prática docente no ensino de história.

Primeiramente é necessário considerar os problemas enfrentados pelos professores. Em primeiro lugar chama a atenção nos relatórios a falta de interesse dos alunos , para com a disciplina de história. Em sua experiência de estágio Assis de Oliveira informa que ao seu *“ver os alunos pouco se interessam pela disciplina de história. Penso bem ser esse desinteresse em razão principalmente ao fato de que a história não insere o aluno no mercado do lucro; e uma vez que a sociedade moderna vive um período de racionalidade; onde só nos interessa o que rende dividendos”* ²⁶.

Ao contrário do que pensa Assis de Oliveira, este desinteresse se dá pela maneira como a disciplina é ministrada. A partir do momento em que é trabalhada não como uma matéria que relata fatos do passado, mas enquanto uma disciplina que ajuda a refletir sobre o presente, passa a ter

sentido e significado para os estudantes, proporcionando debates e reflexões sobre o presente vivenciado por todos.

O desinteresse dos alunos é atribuído também ao comodismo e à apatia dos professores. Assim constata Pereira de Oliveira :

“descobrir por minha custa de que o culpado de quase total falta de interesse que os alunos tinham pela maioria das minhas aulas não era eu, mais que todos os professores estavam passando pela mesma dificuldade.

*O mais surpreendente no entanto é que percebi um certo comodismo em alguns professores, apesar de uma aparente preocupação”.*²⁷

A partir daí verifica-se outro problema para os professores: a inadequação da escola e da política educacional.

Esta constatação nos levou a refletir sobre o papel da escola, a política educacional e a formação dos educadores, enquanto um conjunto de desajustes que não proporciona uma educação que atende as necessidades e os anseios dos alunos.

²⁷ RELATÓRIOS DE PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA. UFU-Curso de História. Uberlândia. Julho/92. (Assis de Oliveira)
Ibid. Nov. /96. (Pereira Oliveira)

Uma constatação que os relatórios nos apresenta é que a escola não atende as necessidades dos educandos, uma vez que não acompanhou as transformações da sociedade. Neste sentido Ayesa Leite diz :

*“a não mudança da escola pública em face da realidade de que hoje se apresenta, pois a sociedade mudou seus códigos e a escola cristalizada em um modelo de educação não consegue suscitar interesse ao aluno que a vê como uma chata e enfadonha”.*²⁸

Um terceiro problema apontado refere-se às condições do trabalho docente.

*“Péssimas condições em que o professor trabalha hoje e que para poder se sustentar tem um acúmulo enorme de aulas e serviços extra classe e quase nada de oportunidades de fazer cursos ou reciclagens em suas áreas de atuação”.*²⁹

Este é um retrato do descompasso entre o dever e o poder fazer do professor apontado por teóricos como Mattos. A própria proposta da UFU para o ensino de história prima pela criticidade, criatividade e pelo

²⁸ Ibid. Fev. /93. (Ayesa Leite)
²⁹ Ibid. Fev. /96. (Ayesa Leite)

compromisso social do educador em resgatar o humanismo e proporcionar ao educando uma compreensão crítica de sua realidade.

Entretanto o que percebemos é o profissional mal remunerado, sobrecarregado de trabalho, isolado na sua prática, impossibilitado pedagógico e financeiramente de preparar um programa de aulas que atenda os anseios e as necessidades dos alunos no processo educacional. Em vista disso, o livro didático torna-se o mediador de todo o trabalho desse profissional, uma vez que não obtém pecúnia, e nem tem tempo suficientes para se especializar e / ou reciclar seus conhecimentos.

Esta condição do educador aliada ao tradicionalismo da escola que não acompanhou as mudanças na sociedade investindo em uma infra – estrutura que propicie uma educação de qualidade, principalmente quanto as escolas públicas situadas na periferia da cidade.

Estes são os aspectos da nossa realidade educacional, em contexto com a política neoliberal, onde não conseguimos assegurar direitos sociais básicos como uma educação de qualidade. E neste processo excluimos e sacrificamos milhares de brasileiros, e nem por isso nos sentimos culpados.

Neste sentido Frigotto nos questiona *“Que tipo de práticas educativas são produzidas nas mais diferentes esferas da sociedade e, em especial na escola, sob a avassaladora ideologia neoliberal para ajustar a educação aos processos de exclusão sem culpa? Para aqueles que acreditam que as pessoas vem em primeiro lugar e não podem ser sacrificadas, que tipo de projeto de sociedade devemos buscar construir; que tipo de valores e de conhecimentos devemos desenvolver; quais as implicações para a formação e profissionalização do educador”?*³⁰

SILVA, Tomaz Tadeu da, GENTILI, Pablo (orgs.). **ESCOLA S. A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. 1 ed. Brasília, DF: CNTE e organizadores. 1996. p.77

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões pertinentes à educação, são cada vez mais presentes no nosso cotidiano, porém notamos o Estado se distanciando aos poucos deste setor de primordial importância para a sociedade. O governo está transferindo suas responsabilidades com a educação para a sociedade.

O que presenciamos hoje é um processo político em que o governo se ausenta cada vez mais da educação. A falta de investimentos no setor faz com que as instituições públicas de ensino busquem verbas na iniciativa privada ou cobrem por serviços antes oferecidos gratuitamente.

O preço desta política pode ser o sucateamento das instituições públicas de ensino, pois as escolas de ensino fundamental e médio e as instituições de ensino superior tendem a virar empresas e a educação uma mercadoria.

Esta questão foi levantada, porque me vejo como um consumidor da educação que não pode pagar e/ou obter os serviços oferecidos gratuitamente pela Universidade Federal de Uberlândia. O serviço oferecido pela mesma é um número reduzido de bolsas de pesquisas

remuneradas (reduzido por falta de investimentos do governo), para que os alunos possam ter iniciação científica.

Para ter acesso a tal bolsa, o aluno deve passar por um processo seletivo, do qual não pude participar porque o valor recebido pela mesma era mínimo(assim como o número de bolsas distribuídas). A minha condição financeira ditou as regras e por isso não pude ter acesso à mesma.

Os problemas decorrentes deste trabalho monográfico estão ligados à esta situação: foi quando pude perceber a falta que fez a bolsa de pesquisa. Não tenho a intenção de culpar alguém ou a própria instituição por isso, porém imagino que outros alunos que não participaram de projetos de pesquisa no decorrer do curso de graduação, tiveram esta mesma dificuldade.

Em vista disso levanto os seguintes questionamentos: que tipo de profissional sai do curso de História da UFU? Onde está o professor/pesquisador? Os alunos que não têm bolsa não são aptos à pesquisa?

Os questionamentos se dão porque vivenciei o problema e sei o quanto é importante a pesquisa para a prática docente e primo para que outros alunos

do curso de História/UFU tenham acesso à mesma(pesquisa). Penso porém que nós enquanto historiadores, devemos estar atentos ao processo de exclusão, porque senão, como iremos formar cidadãos aptos à crítica de sua realidade social?

Devemos procurar saídas para tais problemas, acredito que grande parte dos alunos do curso de Historia/UFU são capazes de desenvolver excelentes trabalhos de pesquisa, basta criar condições para que isso aconteça. Encontrando soluções para estes problemas teremos bons professores pesquisadores e estaremos sendo democráticos, dando oportunidade à maioria dos estudantes que se preparam para ingressar na carreira docente.

FONTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. CADERNOS DE EDUCAÇÃO: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: 2 ed. Brasília, DF: CNTE, 1997.

RELATÓRIOS DE PRÁTICA DE ENSINO DE HISTÓRIA,
Universidade Federal de Uberlândia, curso de História, 1990-2000.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 44, 1994,
Genebra, DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: Relatório 992- 1994,
Brasil: MEC. 1994

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA. NORMAS
ESPECÍFICAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE
HISTÓRIA – CURRÍCULO 4691, PROAD 150 – Pró - Reitoria
Administrativa, Uberlândia: UFU. 1985**

**DEPARTAMENTO DO CURSO DE HISTÓRIA. EMENTA DO
PROGRAMA DE PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA II.**
Uberlândia: CEHAR – UFU

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **CATÁLOGO dos cursos da graduação da Universidade Federal de Uberlândia.** 3. ed. Uberlândia, UFU: Imprensa Gráfica e Editora Ltda., 2000.

ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos. **Relatório: A experiência da prática do Ensino de História – 1º sem/200.** Curso de História -UFU, Uberlândia, 1sem/2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL; (1930 / 1973)**. 2. ed. Petrópolis: vozes, 1980

FREITAG, Bárbara. **ESCOLA, ESTADO E SOCIEDADE**. 4.ed. São Paulo:Moraes, 1980

CATANI, Denice Bárbara, MIRANDA, Hercília Tavares de, ENZES, Luís Carlos de, FISCHMANN, Roseli (orgs). **Universidade, Escola e Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: brasilense, 1987.

SAVIANI, Demerval. **A Nova Lei da Educação: Trajetória, Limites e perspectivas**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Ranços e avanços**. 3. ed_Campinas, SP: Papirus, 1997.

SILVA, Tomaz. Tadeu da, GENTILI, Pablo (orgs.). **ESCOLA S. A: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.**

1.ed.Brasília, DF: CNTE e organizadores, 1996.

RAMOS, Lilian Maria Paes de Carvalho. **“Educação e Trabalho: a contribuição do Marx, Engels e Gramsci; a filosofia da educação”**

Revista Brasileira de Estudos pedagógicos, Brasília, V.77, nº 185, P. 7 à 32, Jan/Abr. 1996

SOUZA, Eda Castro Lucas da. **“Políticas Públicas: formação de gestores governamentais em tempos de mudança.** R. Brás. de Estudos Pedagógicos, Brasília, V. 79, nº 191, p. 50-51, Jan/Abr. 1998.

FILHO, Manoel/ Bergstron Lourenço. **A educação, problema nacional.** R. Brás. de estudos Pedagógicos, Brasília, V. 79, nº 191, p. 52-53, Jan/Abr. 1998

CASTRO, Jorge Abrão de. **Federalismo e gasto Público; com educação no Brasil.** Revista Brasileira de estudos pedagógicos. Brasília, vol 79, nº 192, p.92, Maio/Agosto - 1998.

XAVIER, Odiva Silva. **A educação no contexto das mudanças.**
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, Vol. 78, n°
188/189/190, p. 285-304, Jan/dez. 1997.

LARA, Tiago Adão. **Professor que professor?** Rev. Em busca de novos
caminhos: pré-escola, 1° e 2° graus, Escola de Educação Básica da UFU
Uberlândia, V. 1, n° 1, Jan/Dez 1995

DANTAS, Leda. **Condições de Trabalho e Qualidade de Ensino na
Escola Pública: a experiência do governo popular de Miguel Arraes.**
Rev. Em busca de novos caminhos: pré – escola, 1° e 2° graus, Escola de
Educação Básica da UFU, Uberlândia, V. 1, n° 1, Jan/Dez 1995.

MELLO, Laura Amaral, SOUZA, Mônica L. **As propostas de
renovação no Ensino de História: Uma Trajetória não Avaliada.** Rev.
Em busca de novos caminhos; pré – escola, 1° e 2° graus, Escola de
Educação Básica da UFU, Uberlândia, V.1, n°1, Jan/ Dez 1995

MATTOS, Marcelo Badaró (org). **HISTÓRIA PENSAR E FAZER.**
Laboratório Dimensões da História – UFF. P. 93 – 124

AGUIAR, José Márcio de. **VADE MÉCUM – 1952-2000**, V. 01 e 02, Belo Horizonte: Lâncer. 2000

GENTIL, P. (org). **Pedagogia da exclusão – crítica ao neoliberalismo em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FREI BETTO. **“Neoliberalismo – A nova face do capitalismo”**._ AEC. Ano 25, nº 98, Jan/mar. de 1996, pp 12-33

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1998.

GRINSPUM, M.P.S.Z. **“Paradigmas em educação: Avaliação e perspectivas”** Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em educação. Jan/Mar. de 1994, v.1., pp. 29-40

OLIVEIRA, J.B.A. **“Repensando o ensino de segundo grau: Subsídios para discussão”**. Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em educação nº 8. Jul/Set. de 1996, V.3, p 285-312

PAIVA, V. **“Produção e qualificação para o trabalho”**. IN: M.L.

Franco e D. Zibras (orgs). **Desafios da educação na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1991, pp. 95-122.

PENIN, S.T.S. **“A professora e a construção do conhecimento sobre o ensino”**. _ Cadernos de pesquisa n° 92. Fev. 1995, pp. 5-15.

FREIRE, Paulo. **Educação com a Prática da Liberdade**. 3.ed. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1971.

LOURENÇO, Filho. **Alguns Elementos para o Estudo dos Problemas do Ensino Secundário**. Rev. Brás. de Estudos Pedagógicos, V. 14, n° 40, Set/Out. 1950

MACEDO DE OLIVEIRA, Evaldo. **Instituições de Ensino Superior: Centros de Excelência Acadêmica ou Fábricas de Profissionais?**_Rev.de Administração Pública / Fev, n° 2, Abr/Jun. 1974

OLIVEIRA LIMA, Louro de. **O Impasse na educação**. 3.ed. Petrópolis: Vozes. 1973.

O MANIFESTO dos Educadores, publicados pela primeira vez em

O ESTADO de São Paulo, 01-06-1959.

DOERNER, Arthur. **O Poder Jovem. História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.